

Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo

Thomas Victor Barreto Cardoso¹

Resumo: Neste trabalho me proponho a levantar provocações sobre a constante marginalização das mulheridades trans pela sociedade heterocisnormativa e a importância do transfeminismo dentro desse debate. Sendo o Transfeminismo uma das variadas dimensões dos debates de gênero, que tem emergido e se posicionando cada vez mais dentro do debate global, mas ainda pouco discutido dentro das universidades. Me utilizo de [trans]autoras como Leticia Nascimento e Julia Serano, e da literatura feminista amefricana como bell hooks, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins, realizando uma revisão bibliográfica de suas críticas ao protagonismo do feminismo universalista e consequente exclusão dos saberes não hegemônicos.

Palavras-chave: Transfeminismo; Epistemicídio; Mulheres; Feminismo.

¹ Doutorando em Antropologia Social (UNICAMP) e Mestre em Estudos da Condição Humana (UFSCar). Email: tom.vicbarreto@gmail.com

Dentro do feminismo, durante anos ocorre uma exclusão do grupo de mulheres trans e travestis e seus saberes, por não terem suas feminilidades reconhecidas dentro da categoria “mulher” pelas feministas, e pela sociedade, fazendo com que suas produções intelectuais e lutas políticas tenham sido apagadas e silenciadas, até mesmo dentro da comunidade LGBTQIA +. Esses saberes vão percorrer as esferas de gênero, sexualidade, performance, classe, raça e tantas outras categorias de análise que atuam sobre esses sujeitos, produzindo suas experiências, que por sua vez, estão sendo traduzidas em conhecimentos. Saberes esses que surgem para somar à luta contra o sexismo, racismo, LGBTfobia, e outras formas de opressão contra as mulheridades e dissidentes de gênero.

É fundamental que se entenda como esse debate é importante para a criação do transfeminismo, uma vertente que busca suprir as reivindicações que foram, e continuam sendo ignoradas pelas outras ramificações feministas, e que buscam operar de forma interseccional para trazer a luz esses saberes e experiências, localizados do outro lado da fronteira das ideias desejáveis. Me baseio em Letícia Nascimento (2021), com sua obra *Transfeminismo*, parte da coleção *Feminismos Plurais*, que tenciona a perspectiva transfeminista por meio de uma revisão das principais teorias e colocações do feminismo, e a importância dessa nova vertente para a garantia da cidadania e valorização dos saberes trans, um ato de resistência.

Início discutindo os avanços do feminismo de grosso modo, para que possamos compreender as falhas dele para com a pluralidade de mulheres, assim como outros sistemas de opressão que vão atuar dentro desses sistemas, como o racismo e o classismo, que futuramente causam fissuras na universalidade do feminismo. Evidenciando que as opressões sofridas pelas mulheres não se restringem ao gênero apenas, mas a uma estrutura complexa de articulações de poder e discursos.

Discutiremos também a necessidade e importância do debate de gênero para a ruptura de discursos naturalistas sobre os corpos e para a desessencialização da

categoria mulher. O debate de gênero foi fundamental para o avanço do feminismo e o surgimento de outros movimentos e campos como: os estudos sobre masculinidades, o movimento homossexual (atualmente LGBTQIA+) e o transfeminismo.

Por fim discutiremos o transfeminismo e sua importância para a comunidade trans e travesti, mas também suas profundas contribuições para os debates de gênero e feministas. Apesar de ser um movimento em desenvolvimento, já possui uma produção intelectual de excelência, ainda que ainda pouco valorizada socialmente e academicamente.

Percorrendo as fronteiras do feminismo e transfeminismo

Me parece difícil datar o surgimento do feminismo, ou ainda do surgimento da luta das mulheres contra as opressões, devido suas diferentes vivências e dinâmicas sociais em tempos e espaços distintos. Ou seja, podemos encontrar semelhanças entre as opressões e vivências das mulheres nos anos 1600 e mulheres da atualidade, assim como grupos de mulheres sofreram experiências distintas numa mesma época. Com isso, se torna um desafio definir o início de uma luta que é atravessada por diversos marcadores sociais, geográficos e temporais. Além de tudo, devemos levar em consideração a invisibilização, não só dessa luta, mas das próprias mulheres e suas vivências.

Digo isso porque, por diversas vezes, ao olharmos para a história do feminismo nos deparamos com uma representação universal das reivindicações das mulheres, mas como dito por Leticia Nascimento (2021), essas demandas universalizantes apenas representam as mulheres cisgêneras, brancas, classe média, heterossexuais no século 19, que acabam por compor a imagem da “mulher original” do feminismo. Isso causa um apagamento das múltiplas realidades das mulheres, assim como suas especificidades e

culturas, causando a ruptura do movimento para as diversas vertentes que encontramos hoje, incluindo o transfeminismo.

No entanto, isso não significa que as mulheres que fogem dessa ideia universal não fizessem parte do movimento, e não tivessem suas próprias pautas. Diversas pensadoras como bell hooks, Angela Davis, Glória Anzaldúa, Lélia Gonzalez, e outras, vão denunciar posteriormente como essas pautas foram colocadas à margem do movimento. Dou um passo para trás, para entender o movimento que o feminismo faz até chegar no transfeminismo, evidenciando assim sua importância.

O feminismo surge da necessidade de uma organização política das mulheres na luta contra as opressões sofridas por elas, ou seja, uma luta contra o patriarcado, o machismo e o sexismo enfrentado nas esferas sociais. Opressões essas que são experimentadas por todas as mulheres, mas de formas e intensidades diferentes, devido sua indissociabilidade das diferenças étnicas, de sexualidade, geracionais, de classe e outras, que estão em constante tensão entre si. Como trata bell hooks (2019), em sua obra Teoria Feminista: da margem ao centro:

Um dos pressupostos fundamentais do pensamento feminista moderno é a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Isso implica dizer que as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc., não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso (hooks, 2019, p.32)

Apesar de ter em muitos momentos a frente da organização mulheres negras e da classe trabalhadora, a ideia de “opressão comum” entre as mulheres funcionou como uma estratégia para a apropriação de mulheres brancas liberais e conservadoras dentro do movimento para servir seus interesses de classe, que muitas vezes, se faziam uma realidade distante para muitas das mulheres. Como argumenta bell hooks (2019), muitas mulheres ainda estavam preocupadas com a sobrevivência financeira e com o racismo,

mas o discurso de uma opressão universal acabou criando uma marginalização das dificuldades e opressões sofridas pelas demais mulheres.

Algo que também só foi permitido pelo status que essas mulheres brancas tinham dentro da sociedade, onde apesar de lutarem contra o patriarcado, machismo e sexismo, ainda possuíam diversos privilégios em relação a outras mulheres, sendo eles financeiros, raciais ou mesmo de acesso a espaços como a universidade. Com o crescimento do movimento novas vertentes começaram a surgir, devido não só a incapacidade de apenas um movimento dar conta de tantas especificidades, como também da necessidade de grupos evidenciarem suas pautas e pensamentos que ficavam invisibilizados dentro do discurso universalista.

A partir dessa discussão nasce a necessidade de discutir gênero, para pensar para além da opressão feminina, mas também o emaranhado de construções sociais que se articulam para produzir essas opressões, como a construção da feminilidade e da masculinidade em si. Segundo Nascimento (2021, p. 24) “Nas análises feministas, a categoria de gênero ocupa certa centralidade, constituindo-se como ferramenta política e conceitual na construção de experiências coletivas contra as opressões sexistas”, mas mesmo que central não pode ser a única, algo apontado pelo movimento feminista negro ao discutir a interseccionalidade.

Assim, frases emblemáticas como de Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1949) “ Não se nasce mulher, torna-se” e o discurso de Sojourner Truth em 1851, na primeira Convenção dos direitos das mulheres em Akron, Ohio (EUA), “ E não sou eu uma mulher?”, vão levantar dois pontos importantes: a importância de se entender a categoria “mulher” e como o gênero se constrói dentro dos discursos; e segundo, a incapacidade de um discurso universalista, pois o gênero não é a única forma de opressão sofrida pelas mulheres.

A partir da década de 1960, o conceito de gênero passou a ser debatido cada vez mais dentro do próprio feminismo para combater discursos bioessencialistas, que

buscavam a essência feminina ligando-a ao biológico, então algumas feministas passaram a compreender o conceito de gênero em dimensões estruturais e históricas (NASCIMENTO, 2021). Grandes nomes do feminismo vão trabalhar suas críticas em cima dessa premissa, como Heleieth Saffioti que aponta na famosa frase de Beauvoir, a necessidade de um processo de aprendizagem, logo essas feminilidades não são frutos naturais ou biológicos.

Gayle Rubin, em *Tráfico de mulheres* (1975) tece o conceito de “sistema sexo/gênero”, onde define como “[...] uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 2017, p.48), fazendo assim uma proposta de desnaturalização do sexo através da categoria gênero. O trabalho de Rubin foi de grande importância para a ampliação e fortalecimento dos estudos de gênero e as diversas realidades e opressões sofridas pelas mulheres nas diferentes áreas do conhecimento.

Na década de 1980, Joan Scott elaborou um conceito de gênero muito difundido ainda hoje, no qual entende o gênero como um " elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.86). A autora, assim como Rubin, rejeita a ideia de a opressão das mulheres estar ligada ao biológico, mas seria do campo da cultura, um debate sobre as construções sociais da feminilidade e masculinidades.

A socióloga feminista Judith Butler (2003) se insere no debate seguindo o pensamento de Michel Foucault (2011) a partir do conceito de tecnologias e dispositivos. Butler (2003) propõe que o gênero produz o sexo, indo em contradição com o discurso separatista entre gênero (cultural) e sexo (biológico), ainda traz o conceito da performatividade até hoje muito utilizado por algumas teóricas. O filósofo

espanhol Paul Preciado também se insere no diálogo com Butler em suas obras, entendendo o gênero como uma tecnologia que produz e modifica a natureza.

Esse debate acerca do gênero foi primordial para o avanço de outros movimentos e estudos, para além do feminismo, como os estudos de masculinidades, o movimento LGBTQIA+ e estudos transgêneros. Debater sobre gênero se tornou essencial para tentar responder à pergunta de Truth em 1815, que ainda hoje compõe a realidade de diversas mulheres, inclusive mulheres trans e travestis: “O que é uma mulher? Quem pode se tornar uma mulher?”. A transfeminista Letícia Nascimento defende o potencial conceitual e político da categoria gênero como forma de desessencializar e desnaturalizar a identidade da mulher, que ainda é muito bioessencialista, porque segundo ela:

Desessencializar o gênero é tão importante para nós porque é na medida em que essa desnaturalização acontece que podemos perceber que outras sujeitas dentro das relações de poder fortemente marcadas pelo machismo, sexismo e patriarcado na sociedade vigente podem fazer parte do feminismo, como sujeitas legítimas de luta e experiências e produção conceitual. (NASCIMENTO, 2021, p.43)

Um ponto importante no desenvolvimento dos estudos de gênero foi a interseccionalidade, pois como Adriana Piscitelli nos chama a atenção: “As feministas do Terceiro Mundo e/ou que trabalham com teoria pós-colonial chamaram a atenção para a necessidade de articular gênero não apenas a sexualidade, raça, classe, mas também a religião e nacionalidade.” (PISCITELLI, 2008, p.266). Essa articulação foi muito pensada e postulado pelo movimento feminista negro, na década de 1990, por sentirem a necessidade de pensar as opressões de gênero juntamente com o racismo, uma vez que moldavam as experiências das mulheres conjuntamente.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder [...] Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe

trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. (BRAH, 2006, p.341)

A advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade, e acredita que ela “oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas.” (CRENSHAW, 2002, p.16). Isso porque pensar a inclusão necessita do reconhecimento da experiência do sujeito como um todo, e para que isso ocorra deve-se assumir as dinâmicas de opressão de forma imbricada que agem sobre ele.

Patrícia Hill Collins (2021), uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro estadunidense, entende que a interseccionalidade dois lados da produção de conhecimento, sendo eles a produção feita por indivíduos que estão fora da academia, que tendem a produzir baseando-se nas suas vivências; e o conhecimento acadêmico, que é considerado muitas vezes o saber legitimado. Sendo assim, é uma importante ferramenta analítica que trabalha diferentes categorias como constructos mútuos que criam os diversos problemas sociais.

Neste contexto, utilizar da interseccionalidade nos permite compreender como a universalização da experiência das mulheres, assim como a definição bioessencialista e naturalista da mulher, feita pelo feminismo liberal e conservador é excludente com uma diversidade de mulheres que fogem a imagem universal da mulher feminista (branca, heterossexual, sem deficiência, magra, cristã, etc.), justamente por não levar em consideração a ação das múltiplas opressões atuando de forma conjunta sobre o indivíduo. Perceber como o sexismo e machismo atuando juntamente com o racismo, homofobia, capacitismo, nacionalidade, religiosidade e outras diferenças que vão atuar de forma desigual sobre cada corpo e indivíduo nos permite melhor compreender a atuação dessas opressões na produção das violências e experiências particulares e coletivas e pensar em formas mais eficazes de combater essas opressões.

Como nos lembra Audre Lorde (2019, p.243) “[...] recusar reconhecer as diferenças torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos”. Por isso, enquanto o feminismo não compreender e aceitar suas falhas de reconhecimento das mulheres trans e travestis, essas identidades continuarão sendo vistas como outsiders, forasteiras de gênero, um lugar de não existência.

Somos completas outsiders no CISTema sexo-gênero-desejo, desafiando não apenas os limites de uma inteligibilidade de gênero, mas também os do próprio reconhecimento enquanto seres humanos. É a partir do nosso lugar de outsiders que conseguimos perceber o quanto o determinismo entre sexo e gênero é falho [...] (NASCIMENTO, 2021, p.53)

Assim como propôs Collins (2016) com o poder de autodefinição das mulheres negras no feminismo, onde passaram a construir lugares possíveis de compreender suas experiências de mulher racializada, desafiando os estereótipos, é também um lugar reivindicado pelo transfeminismo. Ou seja, um espaço dentro do feminismo onde as experiências das mulheres trans e travestis, suas mulheridades e feminilidades possam ser reconhecidas e respeitadas, assim como suas produções intelectuais e reivindicações políticas (NASCIMENTO, 2021).

Finalmente, para a criação desse espaço de luta contra as opressões e de reconhecimento das suas mulheridades, o feminismo teve de sofrer diversas modificações e rupturas. Essas vertentes que foram surgindo, como o feminismo negro, latino, e tantos outros, não buscavam um lugar de privilégio dentro do movimento, mas surgem pela necessidade de se olhar as diferenças na realidade dessas mulheres e tratar suas pautas com especificidade, na busca de combater suas opressões sem o esvaziamento e invisibilização que sofriam dentro do feminismo liberal e conservador.

Esse posicionamento fronteiro, de outsider no feminismo também é um lugar de potencial criativo, como defende Collins (2016), as experiências são positivas ao possibilitar esse ponto de vista particular, mas também é um lugar solitário, de

apagamento e precarização das vidas dessas mulheres. Como Glória Anzaldúa (1987, p.706) defende: "As fronteiras e os muros que devem manter ideias indesejáveis do lado de fora são hábitos e padrões de comportamento arraigados; esses hábitos e padrões são os inimigos internos".

Ou seja, no contexto do movimento feminista que vem sendo discutido, as fronteiras vão assegurar a ação da heterocisnorma na naturalização da mulher, garantindo apenas o reconhecimento da mulher universal biológica. Os muros manterão qualquer dissidência de gênero ou sexualidade, qualquer ruptura ou ameaça aos ideais coloniais do sistema sexo-gênero, e isso inclui também as produções intelectuais e políticas.

Enfim o nascimento do transfeminismo

O transfeminismo então surge como uma corrente teórica e política, muito influenciada pelas produções das feministas negras e lésbicas, que insiste em ampliar o diálogo e valorizar as singularidades e pluralidades de modo produtivo e libertador. Ou, nas palavras da transfeminista Letícia Nascimento (2021, p.70): "[...] um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis", uma vez que historicamente o feminismo tem produzido e reproduzido discursos transfóbicos e cissexistas, negando a existência e produção intelectual de mulheres transexuais e travestis dentro e fora do movimento.

Um marco importante da participação das mulheres trans e travestis dentro do movimento feminista foi o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que aconteceu em 2005 no Brasil, onde o movimento trans enviou uma carta solicitando a participação das mulheres trans e travestis do evento, e lhes foi negado. Entretanto, abriu-se uma discussão e votação para a participação em futuras edições, que foi

permitido. Esse debate aconteceu sem a presença de qualquer pessoa trans, e com muitos comentários transfóbicos vindos de mulheres participantes da plenária.

A transfeminista Julia Serano (2012) recorda que muitas feministas rejeitavam (e algumas ainda rejeitam) a inclusão das pessoas trans no feminismo, intitulado os homens trans como traidores do gênero, que buscam por privilégios masculinos, e as mulheres trans e travestis como homens que buscam se infiltrar nos espaços femininos. Embora esse discurso tenha diminuído, ainda encontramos espaços de produção e discussão de mulheres que não aceitam a participação de mulheres trans.

Eventos como esses, com discursos e práticas transexcludentes e falta de empatia por parte do feminismo e do movimento LGBTQIA + foram os pontapés para a construção do transfeminismo. Ainda que o movimento trans se faça presente nesses outros grandes movimentos ainda há uma invisibilização das pautas trans frente às demais, por isso a necessidade cada vez maior de se organizar enquanto movimentos mais centralizados para criar políticas e produções intelectuais de forma específica, contra a transfobia estrutural muito presente ainda dentro dos movimentos mais amplos.

Um espaço de produção vital para a criação e fortalecimento do transfeminismo foi, e continua sendo, a internet. Através dos grupos no Facebook e do blog Transfeminismo², administrados pelas transfeministas Hailey Kass, Viviane Vergueiro, Beatriz Bagagli, Nicholas Athayde-Razzaro e Luc Athayde-Razzaro. Através desses ciberespaços essas uma rede de apoio e afetos também se forma, facilitando também a disseminação das produções e conhecimentos que estavam sendo produzidos pelas pessoas trans, que começaram a priorizar uma produção própria, ao invés de serem representadas por pessoas cis em suas produções.

Trabalhar o pessoal como um ato político permite uma variedade de estudos que contemplem as experiências dessas mulheres trans e travestis, deixando de modo mais evidente as opressões e violências sofridas por elas, ainda que de formas diferentes por

² Disponível em: <https://transfeminismo.com/>

também estarem à mercê da cisnormatividade. Neste sentido, Nascimento (2021) afirma que:

Perceber o pessoal como político requer deslocar-se de ideias universalistas e essencialistas, compreender *in loco* como operam as diversas opressões das sujeitas que reivindicam seu lugar dentro do feminismo em suas mulheridades e/ou feminilidades (NASCIMENTO, 2021, p.77)

Rompendo o histórico de silenciamento e invisibilização sofridas na produção de conhecimento, falar de si também rompe o discurso patologizante das pessoas trans, limitando assim as experiências ao campo da medicina, das transições e cirurgias, e sempre através de um olhar cisgênero. Isso causa uma grande defasagem nas diversas áreas no campo da política, saúde, educação, trabalho e outras, aumentando ainda mais a precariedade a que essas pessoas estão submetidas.

Compartilhar das vivências e produzir conhecimento a partir destas é um processo dolorido, trazer à tona suas violências e precariedades, mas também permite uma autoidentificação e reconhecimento das nossas experiências. Assim como o feminismo negro, a voz coletiva tem uma potência enorme na percepção das pluralidades, ou seja, na valorização das diferenças das mulheridades e feminilidades.

Me sinto tocado quando Nascimento (2021, p.80) argumenta: “Passei a compreender que minhas dores não são só minhas, que minhas lutas não são só minhas; perceber-me como singular, mas também como coletivo”. Aqui, mais uma vez, fica claro a necessidade de compreender as opressões de forma interseccional, onde as discriminações de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, religião, capacitismo, gordofobia, nacionalidade, e outras, são indissociáveis.

Por isso, acredito que o transfeminismo não tem apenas a tarefa de lutar contra a opressão das mulheres trans e travestis, mais do que isso, precisa lutar pelo reconhecimento dessas sujeitas como mulheres, das suas feminilidades, e reconhecimento das opressões sofridas por elas, que ainda vão incluir o cissexismo e a transfobia. A transfeminista Serano (2012) define o cissexismo como:

[...] formas de sexismo que interpretam as identidades e expressões de gênero das pessoas trans como menos legítimas do que as das pessoas cis (aquelas que não são trans). Cissexismo - ou, como alguns descrevem, transfobia pode ser visto em como indivíduos, organizações e governos se recusam a respeitar as experiências vividas pelas pessoas trans em nossos sexos. (SERANO, 2012, s.p)

Atualmente contamos com muitas mulheres trans e travestis como Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Oliveira, Viviane Vergueiro, Sara Wagner York, Sofia Favero, Caia Coelho, Amara Moira, Letícia Lanz, Letícia Nascimento, Céu Cavalcanti e diversas outras, com produções acadêmicas incríveis, sobre os mais variados temas. Produções que ainda são pouco visibilizadas e discutidas, pois fogem aos cânones literários e teóricos, como os que foram citados ao longo do ensaio.

Produções essas que não dizem somente respeito a transgeneridade, mas são potenciais de ruptura da cisheteronormatividade, e das próprias noções de gênero e corporalidades que ainda persistem. A academia, assim como a universidade, ainda são espaços transexcludentes, não só pela sua estrutura física e burocrática, mas também pela circulação e produção de conhecimento que não nos contempla, apenas conversa com sujeitos e corpos que têm experiências distintas das nossas.

Percebam que durante a história do feminismo, assim como faz o movimento LGBTQIA+, nem sempre existe uma exclusão escancarada, mas um movimento silencioso de marginalização dessas pessoas, apenas por não serem reconhecidas ou sequer consideradas dentro dos debates e teorias. Assim como Collins (2016) vai pensar a outsider whitin, Anzaldúa na mestiza e suas fronteiras, Spivak se questiona na fala do subalterno, Truth pergunta “e não sou eu uma mulher?”, as mulheres trans também se encontram nesse lugar fronteiro de reconhecimento e apagamento da sua subjetividade, cultura, corporalidade, vivências e precariedades.

Considerações Finais

Por fim, devemos pensar a todo momento que tipo de feminismo estamos servindo e discutindo, de quais mulheres estamos falando e quais deixamos de lado constantemente por fugirem da realidade ali descrita. Quais os conhecimentos estão sendo valorizados e porque muitos ainda são invisibilizados, sendo que tem o potencial de alterar realidades. Precisamos debater o transepistemicídio, uma das muitas violências que são interligadas a transfobia estrutural, que não busca apenas a marginalização dessas pessoas, mas a sua completa exclusão para o bom funcionamento de uma norma cishétero.

Deixo aqui meu convite para os leitores: leiam as pessoas trans, as transfeministas citadas ao longo do ensaio ao menos. Essa é a maior contribuição para o transfeminismo que pessoas cisgêneras aliadas podem fazer, dar visibilidade às nossas produções, aproximá-las do debate, sem se apropriar das mesmas. É necessário que sejam revertidos séculos de apagamento dessas vozes e precariedades, de apropriação das dores e experiências, anos de exclusão dos espaços acadêmicos, políticos e formais.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands / La Frontera: The New Mestiza**. Aunt Lute Books, 2012
- BEAUVOIR, Simone [1949] 2009. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: on the discursive limits of "sex"**. London: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, pp.329-376, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol 31, n. 1, jan/abr 2016, p.99-126.
- COLLINS, Patricia; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo, Boitempo, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 2011.
- LORDE, Audre. **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**. In:
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOOKS, bell, 1952-. **Teoria Feminista: da margem ao centro/bell hooks; tradução Rainer Patriota**. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.192p.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**: Goiânia, v.11, n.2, p. 263-274, jul/dez. 2008. <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247/4295>.
- PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1, 2014.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo** (Coleção Argonautas). Tradução Jamille Pinheiro Dias. Ubu Editora. Edição do Kindle. 2017
- RUBIN, Gayle S. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: RAITER, R. (Ed.). **Toward anthropology of women**. Nova York: Monthly Review Press, 1975. (ver tradução recente livro editora Ubu).
- SERANO, Julia. **Trans feminism**: there's no conundrum about it. Ms. Blog, abril, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16 n.2, jul/dez 1995

Transfeminism: erasure and struggle of trans and transvestite women within feminism

Abstract: In this work I propose to raise provocations about the constant marginalization of trans women by heterocisnormative society, and the importance of transfeminism within this debate. Transfeminism is one of the various dimensions of gender debates, which has emerged and increasingly positioned itself within the global debate, but still little discussed within universities. I make use of [trans]authors such as Letícia Nascimento and Julia Serano, and of American feminist literature such as bell hooks, Audre Lorde, and Patrícia Hill Collins, carrying out a bibliographic review of their criticisms of the protagonism of universalist feminism and the consequent exclusion of non-hegemonic knowledge.

Keywords: Transfeminism; Epistemicide; Women; Feminism.

Recebido: 14/10/2022

Aceito: 06/02/2023